



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Nota do Conselho Nacional de Direitos Humanos em homenagem a Antonio da Costa Santos – Toninho – Prefeito de Campinas

Em 10 de Setembro de 2019, completaram-se 18 (dezoito) anos do assassinato de Antonio da Costa Santos, o “Toninho”, que a época de sua trágica morte exercia o cargo de Prefeito Municipal de Campinas.

A trajetória de Toninho é marcada pela determinação, e por uma inquebrantável dignidade política, tendo sido um combativo militante pelo direito humano à moradia e à cidade.

Ainda na juventude, como estudante na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Toninho optou por um trabalho junto às classes populares e favelas, empenhando-se em atividades de urbanização e regularização de favelas. E era um obstinado defensor da preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico de Campinas.

Filiou-se ainda jovem ao Partido dos Trabalhadores, e em 1988 foi eleito Vice-Prefeito na chapa encabeçada por Jacó Bittar. Em 1990, por divergências com os rumos daquele governo, rompeu publicamente com o então Prefeito e posteriormente provocou o mesmo posicionamento de ruptura por parte do próprio PT com o governo Jacó Bittar.

Concorreu pelo PT ao cargo de Prefeito Municipal em 1996, sendo o terceiro mais votado, e em 2000 elegeu-se ao cargo com a maior votação da história até aquela eleição.

No início de seu governo adotou providências duras no sentido de reverter medidas da gestão anterior que beneficiavam as empresas prestadoras dos serviços de limpeza urbana, para evitar o mau uso dos recursos públicos, bem como de enfrentar o setor do capital especulativo imobiliário urbano. E seu governo foi marcado pelo início da implantação do Orçamento Participativo (OP), um importante instrumento de gestão democrática do governo municipal.

Em 10 de Setembro de 2001, Toninho foi assassinado quando se dirigia para sua residência, e até hoje o caso resta inconcluso. A tese adotada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, descartando a hipótese de “crime de mando e motivação política” e caracterizando-o como “crime comum” foi rejeitada pelo Poder Judiciário, pois o Juiz José Henrique Torres, titular da Vara de Júri da Comarca de Campinas, deu a sentença de impronúncia ao pretense acusado pelo crime, e o Tribunal de Justiça de SP, por unanimidade, rejeitou o recurso do Ministério Público e manteve a decisão de primeira instância, em 2011.

E desde então nada mais foi feito pela apuração do assassinato de Toninho. O antigo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana exarou Relatório opinando favoravelmente ao pedido do Movimento Quem Matou Toninho, de federalização da investigação e julgamento do caso, mas isso nunca aconteceu.

O CNDH, para verificação da situação atual das investigações, oficiará a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e à Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo solicitando informações do inquérito posteriores à decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo devidamente atualizadas, para que este Conselho possa oportunamente apreciar a eventual omissão do Estado brasileiro.

Por todas estas razões, pela memória de um militante dos direitos humanos barbaramente assassinado e para exigir o fim da impunidade, o Conselho Nacional de Direitos Humanos presta esta homenagem a Antonio da Costa Santos, o Toninho, Prefeito de Campinas, manifestando sua solidariedade à família, aos amigos e companheiros de militância.

Brasília, 11 de setembro de 2019

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS